

RECURSO ESPECIAL Nº 1.768.745 - PE (2018/0244782-8)

RELATORA	: MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE	: AIRTON DE LIMA PIRES
RECORRENTE	: ALDEMAR DE ARAUJO SANTOS
RECORRENTE	: ANA ROSA PEDROSA DE ARAUJO
RECORRENTE	: ANA VIRGINIA DE AZEVEDO GUENDLER
RECORRENTE	: ANGELO JOSE MONTEIRO
RECORRENTE	: ANTONIO NETO DAS NEVES
RECORRENTE	: ARMELE DE FATIMA DORNELAS DE ANDRADE
RECORRENTE	: GUILHERME COSTA VARELA
RECORRENTE	: JERONIMO LEMOS DE FREITAS
RECORRENTE	: JOSE CRISTOVAM MARTINS VIEIRA
RECORRENTE	: JOSE SIDNEY DE BARROS COELHO
RECORRENTE	: JULIANNA FERREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
RECORRENTE	: MARIA INAIA IVO MENDES
RECORRENTE	: MARIA NILDA DE MIRANDA PESSOA
RECORRENTE	: MARIO DE CASTRO LOBO
RECORRENTE	: NEIVA TINTI DE OLIVEIRA
RECORRENTE	: NORMA PINHEIRO DE VASCONCELLOS
RECORRENTE	: OLIMPIO CARNEIRO DA SILVA
RECORRENTE	: OSCAR MANOEL LOUREIRO MALTA
RECORRENTE	: WELLINGTON MACÊDO
ADVOGADOS	: JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873 JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(S) - PE047516 SÍLVIA MÁRCIA NOGUEIRA - PE008779D
RECORRIDO	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
AGRAVANTE	: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
AGRAVADO	: AIRTON DE LIMA PIRES
AGRAVADO	: ALDEMAR DE ARAUJO SANTOS
AGRAVADO	: ANA ROSA PEDROSA DE ARAUJO
AGRAVADO	: ANA VIRGINIA DE AZEVEDO GUENDLER
AGRAVADO	: ANGELO JOSE MONTEIRO
AGRAVADO	: ANTONIO NETO DAS NEVES
AGRAVADO	: ARMELE DE FATIMA DORNELAS DE ANDRADE
AGRAVADO	: GUILHERME COSTA VARELA
AGRAVADO	: JERONIMO LEMOS DE FREITAS
AGRAVADO	: JOSE CRISTOVAM MARTINS VIEIRA
AGRAVADO	: JOSE SIDNEY DE BARROS COELHO
AGRAVADO	: JULIANNA FERREIRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
AGRAVADO	: MARIA INAIA IVO MENDES
AGRAVADO	: MARIA NILDA DE MIRANDA PESSOA
AGRAVADO	: MARIO DE CASTRO LOBO
AGRAVADO	: NEIVA TINTI DE OLIVEIRA

AGRAVADO : NORMA PINHEIRO DE VASCONCELLOS
AGRAVADO : OLIMPIO CARNEIRO DA SILVA
AGRAVADO : OSCAR MANOEL LOUREIRO MALTA
AGRAVADO : WELLINGTON MACÊDO
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
JOSÉ CARLOS ALMEIDA JÚNIOR - PE001037B
JOSE LUIS WAGNER E OUTRO(S) - PE047516
SÍLVIA MÁRCIA NOGUEIRA - PE008779D

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial interposto pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, que inadmitiu seu Recurso Especial interposto contra acórdão assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO NO DESPACHO INICIAL DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. REDUÇÃO. ART. 20 CPC/1973.

I. Trata-se de agravo de instrumento interposto contra decisão que, em sede de execução de sentença referente às diferenças relativas ao índice de 3,17%, fixou os honorários advocatícios pela promoção da execução, nos termos do art. 85, parágrafos 1º e 2º, do CPC, bem como determinou a expedição das requisições de pagamento.

II. Em suas razões recursais, a UFPE alega que, embora a parte agravada tenha requerido a fixação de honorários na petição inicial da execução, tal pretensão não foi acolhida no despacho judicial em que se determinou a citação da autarquia executada e, apesar disso, a parte exequente não se insurgiu contra a ausência de arbitramento dos honorários pleiteados, o que consubstancia a preclusão. Na hipótese de ser mantida a fixação de honorários, requer que seja aplicado o disciplinamento do CPC/73. Sustenta, também, que interpôs agravo de instrumento nº 0806404-96.2016.4.05.0000 contra decisão que estipulou a utilização do IPCA-E como índice de correção monetária, mesmo no período após 25/03/2015, não havendo, ainda, o trânsito em julgado de tal recurso. Entende que enquanto o agravo de instrumento em tela não transitar em julgado, não será possível a determinação de expedição de RPV.

III. A exequente requereu, tempestivamente, em sua petição inicial a condenação do executado em honorários, a serem fixados em 20%

sobre o valor executado.

IV. No despacho inicial admitindo a execução judicial, apenas foi determinada a citação da executada (artigo 730, do CPC), sem, contudo, terem sido arbitrados honorários advocatícios na forma do artigo 652-A do CPC.

V. Apesar de a parte ter pedido a tempo a verba honorária, a magistrada restou silente quanto à sua fixação. Ora, não pode à parte diligente restar prejudicada, cabendo ao juízo analisar a questão, decidindo-a no curso do processo. Na hipótese, não se trata de caso de ocorrência de preclusão temporal a que aludia o artigo 183, do CPC/73, atual art. 223 do CPC/2015. Precedentes deste Regional: AC535892/RN, Primeira Turma, Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena, DJE 07/06/2012; EDAC210030/01/SE, Terceira Turma, Relator: Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, DJE 09/07/2015.

VI. No que diz respeito à verba honorária, esta Segunda Turma já pontua entendimento majoritário no sentido de prestigiar o princípio da vedação da surpresa, segundo o qual não podem as partes ser submetidas a um novo regime processual financeiramente oneroso, ao meio de uma liça que ainda se desenvolve. E nessa linha, há que ser aplicada a disciplina do CPC de 1973, que não proibia a fixação de honorários em quantia certa e também não previa honorários advocatícios recursais. Ressalvado o ponto de vista do Relator que entende ser cabível a fixação dos honorários advocatícios recursais, se a sentença foi prolatada na vigência do CPC/2015, nos termos do Resp nº 1.636.124/AL, de Relatoria do Min. Herman Benjamin, julg. em 06/12/2016, DJe 27.04.2017.

VII. Levando-se em conta o trâmite da execução e a complexidade da causa, bem como o disposto no art. 20, parágrafo 4º, do CPC/1973, e os demais critérios estabelecidos no parágrafo 3º da mesma norma legal, mostra-se razoável a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

VIII. Com relação ao AGTR 0806404-96.2016.4.05.0000, que discute os juros e a correção monetária aplicados aos cálculos, observa-se que a liminar foi indeferida, estando aguardando o julgamento pelo colegiado. Ausente, portanto, qualquer efeito suspensivo. Ademais, o posicionamento defendido pela parte agravante encontra-se em contrariedade com o entendimento deste Regional, pois o Plenário do TRF 5ª Região, em sessão realizada no dia 17.6.2015, já se posicionou no sentido de que a atualização e os juros de mora nas condenações impostas, tanto à Fazenda Pública quanto aos particulares, ainda que

em matéria previdenciária, devem se dar mediante a aplicação do IPCA-E (ou outro índice que venha a ser recomendado pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal) acrescidos de 6% (seis por cento) ao ano, exceto nos créditos de natureza tributária, para os quais se mantêm os mesmos critérios pelos quais a Fazenda Pública corrige seus créditos tributários (SELIC).

Isso porque o STF no julgamento das ADINS 4357 e 4425, reconheceu, por arrastamento, a inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/09, dando nova redação ao artigo 1º-F da Lei 9.494/97, que determina, quanto aos juros e correção, a aplicação dos índices de caderneta de poupança.

X. Na modulação dos efeitos da Declaratória de Inconstitucionalidade, restou decidido que fica mantida a aplicação do índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), nos termos da Emenda Constitucional nº 62/2009, até 25.03.2015, data após a qual (a) os créditos em precatórios deverão ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E). Assim, a decisão recorrida adotou o entendimento do STF na apreciação das ADINS 4357 e 4425.

XI. Enquanto pendente de julgamento o RE 870.947/SE, incluído em sede de repercussão geral, sobre os atrasados devem incidir correção monetária e juros de mora nos termos do Manual de Cálculos da Justiça Federal, vigente quando da execução do julgado.

XII. Agravo de instrumento parcialmente provido, para reduzir o valor dos honorários advocatícios" (fls. 856/857e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. OMISSÃO NO DESPACHO INICIAL DA EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DA PRECLUSÃO. REDUÇÃO. ART. 20 CPC/1973. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL.

I. Trata-se de embargos de declaração opostos pela UFPE e pelos agravados contra acórdão que deu parcial provimento ao agravo de instrumento, apenas para reconhecer que a verba honorária deve ser fixada nos termos do art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), reformando a decisão que, em sede de

execução de sentença referente às diferenças relativas ao índice de 3,17%, fixou os honorários advocatícios pela promoção da execução, nos termos do art. 85, parágrafos 1º e 2º, do CPC, bem como determinou a expedição das requisições de pagamento.

II. Não prospera a alegação da UFPE de preclusão lógica quanto ao pedido de honorários advocatícios, não há vendo que se falar em omissão no acórdão, que foi claro ao fundamentar que a exequente requereu, tempestivamente, em sua petição inicial a condenação do executado em honorários, a serem fixados em 20% sobre o valor executado. No despacho inicial admitindo a execução judicial, apenas foi determinada a citação da executada (artigo 730, do CPC), sem, contudo, terem sido arbitrados honorários advocatícios na forma do artigo 652-A do CPC.

III. Quanto aos embargos de declaração dos agravados, ressalte-se que não houve decisão extra petita, pois nada foi decidido em relação aos índices de correção monetária.

IV. No que diz respeito à verba honorária, o acórdão foi claro ao fundamentar que, esta Segunda Turma já pontua entendimento majoritário no sentido de prestigiar o princípio da vedação da surpresa, segundo o qual não podem as partes ser submetidas a um novo regime processual financeiramente oneroso, ao meio de uma liça que ainda se desenvolve. E nessa linha, há que ser aplicada a disciplina do CPC de 1973, que não proibia a fixação de honorários em quantia certa e também não previa honorários advocatícios recursais. Ressalvado o ponto de vista do Relator que entende ser cabível a fixação dos honorários advocatícios recursais, se a sentença foi prolatada na vigência do CPC/2015, nos termos do Resp 1.636.124/AL, de Relatoria do Min. Herman Benjamin, julg. em 06/12/2016, DJe 27.04.2017.

V. O acórdão fundamentou que, levando-se em conta o trâmite da execução e a complexidade da causa, bem como o disposto no art. 20, parágrafo 4º, do CPC/1973, e os demais critérios estabelecidos no parágrafo 3º da mesma norma legal, mostra-se razoável a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

VI. Embargos de declaração da UFPE e dos agravados improvidos" (fls. 1.047/1.048e).

Em suas razões do Recurso Especial, interposto com base na alínea **a**, do art. 105, III, da CF/88, por ofensa aos arts. 183, 473 e 652-A, do CPC/73, a parte ora recorrente alegou o seguinte:

"3.1. DA IMPOSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NOS ARTS. 652-A, 183 E 473, TODOS DO CPC/73. PRECLUSÃO.

O ora atacado, ao determinar a fixação de honorários advocatícios no atual estágio do processo decisum executivo, violou severamente o disposto no art. 652-A do Código de Processo Civil, que assim reza:

Art. 652-A. , o juiz fixará, de plano, os honorários de advogado a serem Ao despachar a inicial pagos pelo executado (art. 20, § 4).

Deveras, os honorários advocatícios relativamente ao processo de execução devem ser fixados conforme determina o artigo supratranscrito. Ora, a lei define o momento em que deverá haver a fixação dos honorários advocatícios; ultrapassada essa fase processual e não se insurgindo a parte interessada contra a omissão do magistrado, opera-se a preclusão da oportunidade para se fixar o pagamento de tal verba.

Assim, se após sua intimação do despacho inicial sem o arbitramento dos honorários o patrono ficou-se silente, sem o manuseio de qualquer recurso, consolidou-se o fato da não incidência dos honorários sucumbenciais, configurando-se, portanto, o instituto da preclusão, nos termos dos artigos do CPC abaixo transcritos, verbis:

"Art. 183 - Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que não o realizou por justa causa".

(...)

"Art. 473 - É defeso à parte discutir, no curso do processo, as questões já decididas. A cujo respeito se operou a preclusão"

(...)

In casu, observa-se que quando da propositura da execução, houve despacho inicial sem que fosse Todavia, apenas muito tempo depois, sem a apresentação da fixada verba honorária da execução .

impugnação ou recurso no momento correto, os patronos dos exequentes peticionaram requerendo a fixação de honorários advocatícios, nos termos da Súmula 345/STJ.

Evidente, portanto, que restou configurada a preclusão temporal, pois caberia à parte exequente requerer o pronunciamento do juízo sobre a fixação da verba honorária no momento adequado. Se assim não fez, deve arcar com ônus de sua postura inerte .

Por fim, importa registrar que não se trata de negar o direito aos honorários na fase executiva, mas tão-somente de afirmar que ao não

se recorrer do despacho que deixou de fixar esses honorários, a parte aceitou esse fato, não sendo possível a alteração dessa situação por meio de apresentação de novo pedido, mormente quando esse novo pleito foi formulado após a conclusão de todo o processo executivo.

Assim, faz-se imperioso seja reformado o acórdão recorrido, reconhecendo-se, com fulcro nos arts. 652-A, 183 e 473, todos do CPC/73, a ocorrência da preclusão no tocante à fixação em honorários advocatícios no procedimento executório em tela" (fls. 1.057/1.060e).

Sem contrarrazões, o recurso foi inadmitido pelo Tribunal de origem (fls. 1.159e), motivo pelo qual foi interposto o presente Agravo em Recurso Especial (fls. 1.188/1.194e).

O inconformismo merece prosperar.

A controvérsia, cinge-se à saber se ocorre a preclusão do direito ao arbitramento de honorários sucumbenciais se, requerido na inicial, e sendo omissos o magistrado ao julgar lide, a parte não interpôs o competente recurso para insurgir-se quanto ao ponto.

Quanto ao ponto, a Corte de origem decidiu nos seguintes termos:

"Conforme informações dos autos, a exequente requereu, tempestivamente, em sua petição inicial a condenação do executado em honorários, a serem fixados em 20% sobre o valor executado.

No despacho inicial admitindo a execução judicial, apenas foi determinada a citação da executada (artigo 730, do CPC), sem, contudo, terem sido arbitrados honorários advocatícios na forma do artigo 652-A do CPC. Apesar de a parte ter pedido a tempo a verba honorária, a magistrada restou silente quanto à sua fixação.

Ora, não pode à parte diligente restar prejudicada, cabendo ao juízo analisar a questão, decidindo-a no curso do processo. Na hipótese, não se trata de caso de ocorrência de preclusão temporal a que aludia o artigo 183, do CPC/73, atual art. 223 do CPC/2015. Precedentes deste Regional: AC535892/RN, Primeira Turma, Relator: Desembargador Federal José Maria Lucena, DJE 07/06/2012; EDAC210030/01/SE, Terceira Turma, Relator: Desembargador Federal Paulo Machado Cordeiro, DJE 09/07/2015 (fls. 853/854e).

Da leitura, verifica-se que houve pedido na inicial acerca da fixação dos honorários, contudo, ao julgar o feito, o magistrado quedou-se silente, não havendo insurgência da parte ora agravante quanto ao ponto.

Assiste, portanto, razão ao recorrente, porquanto o acórdão recorrido está em dissonância com o entendimento vinculante desta Corte acerca da matéria.

Com efeito, o Tribunal de origem, mesmo reconhecendo que a fixação dos honorários já houvera sido pleiteada na petição inicial da execução, entendeu que a omissão do despacho inicial não ensejaria a preclusão. Utilizou como fundamento precedentes desta Corte.

No entanto, a Corte Especial deste Tribunal Superior no REsp 1.252.412/RN, sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, firmou entendimento de que, caso a fixação dos honorários tenha sido pleiteada na petição inicial e o juiz da execução tenha se omitido em fixar os honorários da execução, configura-se o instituto da preclusão se a parte prejudicada não interpõe o recurso cabível no prazo legal.

A fim de demonstrar esse entendimento, colaciono os seguintes precedentes:

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. GDASS. EXECUÇÃO EXTINTA PELO PAGAMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. PEDIDO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. PRECLUSÃO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 453 DA SÚMULA DO STJ.

I - O STJ possui entendimento pacífico firmado pela Corte Especial, ao apreciar o REsp 886.178/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, no sentido de que o trânsito em julgado da decisão omissa quanto à questão dos honorários advocatícios impede que esses venham a ser estabelecidos pelo juízo da execução.

II - "O trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada. Isto porque, na hipótese de omissão do julgado, caberia à parte, na época oportuna, requerer a condenação nas verbas de sucumbência em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença" (REsp 886.178/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 2/12/2009, DJe 25/2/2010). Precedentes.

III - Inteligência do enunciado 453 da Súmula do STJ: Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria.

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.655.972/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2017)

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO

INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO EXTINTA, COM BASE NO ART. 749, I, DO CPC/73. TRÂNSITO EM JULGADO DO DECISUM. POSTERIOR REQUERIMENTO PARA FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA RELATIVA À FASE DE EXECUÇÃO. PRECLUSÃO DA PRETENSÃO. SÚMULA 453/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE. INOVAÇÃO RECURSAL.

1. Na hipótese em que o pedido de arbitramento da verba sucumbencial ocorre somente após o trânsito em julgado da decisão que extingue a execução, com base no art. 749, I, do CPC/73, há incidência do teor da Súmula 453/STJ ("Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria").

2. O recurso especial não pode ser conhecido no tocante à alínea c do permissivo constitucional, uma vez que a parte apontou, como paradigma, julgado que não guarda similitude fática com a matéria ora apreciada. Enquanto o acórdão recorrido tratou da preclusão do pleito de honorários sucumbenciais após o arquivamento do feito, o aresto colacionado, para confronto, a seu turno, cuidou de pedido de fixação de honorários ainda no curso da execução.

3. Não se faz possível a análise da aplicação do art. 85, § 18, do CPC/15, por se tratar de tema inédito, agitado tão somente no presente agravo interno e não suscitado oportunamente nas razões do apelo especial, tratando-se, portanto, de indevida inovação recursal. 4. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.344.095/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 01/03/2019)

"PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO. GDASS. EXECUÇÃO EXTINTA PELO PAGAMENTO. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO. PEDIDO DE FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS. PRECLUSÃO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO N. 453 DA SÚMULA DO STJ.

I - O STJ possui entendimento pacífico firmado pela Corte Especial, ao apreciar o REsp 886.178/RS, sob o regime do art. 543-C do CPC, no sentido de que o trânsito em julgado da decisão omissa quanto à questão dos honorários advocatícios impede que esses venham a ser estabelecidos pelo juízo da execução.

II - "O trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada. Isto porque, na hipótese de omissão do julgado, caberia à parte, na época oportuna, requerer a condenação nas verbas de sucumbência em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença" (REsp 886.178/RS, Rel. Ministro Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 2/12/2009, DJe 25/2/2010). Precedentes.

III - Inteligência do enunciado n. 453 da Súmula do STJ: Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria.

IV - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.655.972/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/09/2017)

"ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA NO RECURSO. SÚMULA 284/STF. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE ARBITRAMENTO APÓS O ARQUIVAMENTO DA EXECUÇÃO. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. SÚMULA 453/STJ. INCIDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E, NESSA PARTE, PROVIDO.

1. Não se conhece do recurso especial quanto à alegação de negativa de prestação jurisdicional quando o recorrente limita-se a apresentar razões genéricas, sem indicar de forma específica a questão tida como omissa, obscura ou contraditória do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 284/STF.

2. O entendimento adotado pela instância de origem coaduna-se com a jurisprudência desta Corte segundo a qual inexistente preclusão do arbitramento de verba honorária, no curso da execução, ainda que sobre ela tenha sido silente a inicial do processo executivo e já tenha ocorrido o pagamento do ofício requisitório. Contudo, o acórdão deve ser reformado, tendo em vista que a situação dos autos é diversa.

3. Hipótese de ocorrência da preclusão lógica a que se refere o legislador no art. 503 do CPC, segundo o qual "A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer". Isso porque, apesar da expressa postulação

de arbitramento dos honorários na inicial da execução de sentença, não houve pronunciamento do magistrado por ocasião do despacho citatório, sobrevindo petição dos recorridos em momento posterior à citação apenas para postular a retenção do valor dos honorários contratuais, sem reiteração da verba de sucumbência.

4. "Os honorários sucumbenciais, quando omitidos em decisão transitada em julgado, não podem ser cobrados em execução ou em ação própria." Súmula 453/STJ.

5. Ainda que não se trate propriamente de ação autônoma, por compreensão extensiva, incide o enunciado da Súmula 453/STJ quando a parte exequente reitera o pedido formulado na inicial da execução - a fim de arbitrar os honorários advocatícios sucumbenciais - após o pagamento da execução e o consequente arquivamento do feito.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, provido para restabelecer a decisão do Juízo singular. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do Código de Processo Civil" (STJ, REsp 1.252.412/RN, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, CORTE ESPECIAL,DJe de 03/02/2014)

No caso dos autos, ficou claro o pedido na inicial acerca da fixação dos honorários, a omissão do julgado quanto ao ponto e a inércia da parte em interpor o recurso cabível no prazo legal, a fim de viabilizar referida fixação.

Assim, tendo decidido de forma contrária ao entendimento deste Sodalício em sede de Recurso Repetitivo, deve ser reformado o acórdão.

Ante o exposto, com fulcro na Súmula 568/STJ c/c o art. 253, parágrafo único, II, c do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao Recurso Especial, reconhecendo a ocorrência da preclusão do direito dos recorridos pleitearem a fixação de honorários na fase de execução.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora